



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

Documentos de Prestação de Contas
Ano de 2020

RELATÓRIO DE GESTÃO

Documento
Nº. 2

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1, do art. 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como do n.º 1 do art.º 76º da Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), apresentam-se ao Órgão Executivo os documentos de Prestação de Contas do Município da Golegã, referente ao ano económico de 2020, para efeitos de aprovação e posterior submissão para apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Estes documentos terão que ser enviados ao Tribunal de Contas, independentemente da aprovação pelo Órgão Deliberativo.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º. 6-D/2021 de 15 de janeiro que prorroga o prazo dos regimes excecionais das medidas aplicáveis às autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e nos termos do disposto no art.º. 2º da Lei 13-B/2021 os documentos de prestação de contas poderão ser apresentados em Assembleia Municipal a realizar até 30 de junho de 2021, no entanto entendeu-se que havia condições para apresentar os documentos da Prestação de Contas na Assembleia Municipal a realizar em Abril.

A partir de 2020 verificou-se uma alteração ao sistema de registo contabilístico das autarquias locais, por força da publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e que revogou parcialmente a anterior legislação neste domínio, nomeadamente a referente ao Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), pelo que os presentes documentos de prestação de contas foram elaborados e organizados, respeitando as regras dos referidos diplomas, tendo também em consideração as instruções do Tribunal de Contas n.º. 1/2001, aprovada pela Resolução n.º. 4/2001 – 2ª. Secção, alterada pela Resolução n.º. 6/2013 – 2ª. Secção, pela Resolução n.º. 2/2014, de 27 de novembro, e nos termos da alínea m) art.º 51º. e do art.º. 52º. da Lei n.º. 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º. 20/2015, de 9 de março.

Conforme dispõem os diplomas, anteriormente referidos, apresentam-se num único volume os mapas e os anexos evidenciados no índice.

Em conformidade com as análises do INE – Instituto Nacional de Estatística, no ano de 2020, o PIB registou uma contração de 7,6% em volume. A mais intensa da atual série de contas nacionais, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica. A procura interna apresentou um expressivo contributo negativo para variação anual do PIB, após ter sido positivo em 2019, devido, sobretudo, à contração do consumo privado. No ano de 2020 verificou-se também uma redução intensa das exportações e importações de bens e de serviços, com destaque particular para a diminuição sem precedente das exportações de turismo.

No ano de 2020 o consumo privado, em volume, diminuiu 5,9%. Esta evolução negativa refletiu principalmente o comportamento das despesas de Consumo Final das Famílias Residentes em bens não duradouros e serviços.

As Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas registaram uma taxa de variação de 0,5% (0,7% no ano de 2019), verificando-se um impacto negativo das medidas de contenção na produção não mercantil em volume, que implicaram o encerramento de vários serviços públicos em particular no 2º. Trimestre de 2020. Em termos nominais, em consequência do maior aumento do deflator deste agregado da despesa, o consumo público registou um crescimento de 6,1%.

Em termos reais no ano de 2020 o investimento diminuiu 4,9% após um crescimento de 5,4% no ano anterior.

Face a todas as circunstâncias negativas provocadas pela pandemia, as autarquias locais tiveram que muitas das vezes substituir o Estado Central no apoio da população e empresas.

Neste âmbito os municípios em conformidade com as suas atribuições e competências e pelo conhecimento que detêm do seu território e populações tiveram que dar resposta nas mais diversas áreas, para encarar este enorme desafio.

A Câmara Municipal da Golegã tem desenvolvido várias ações com o objetivo de proteger e apoiar os munícipes, em particular os mais vulneráveis, alterando e dinamizando uma série de procedimentos para conter e combater este vírus.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

Durante o exercício de 2020 o Órgão Executivo teve a seguinte composição:

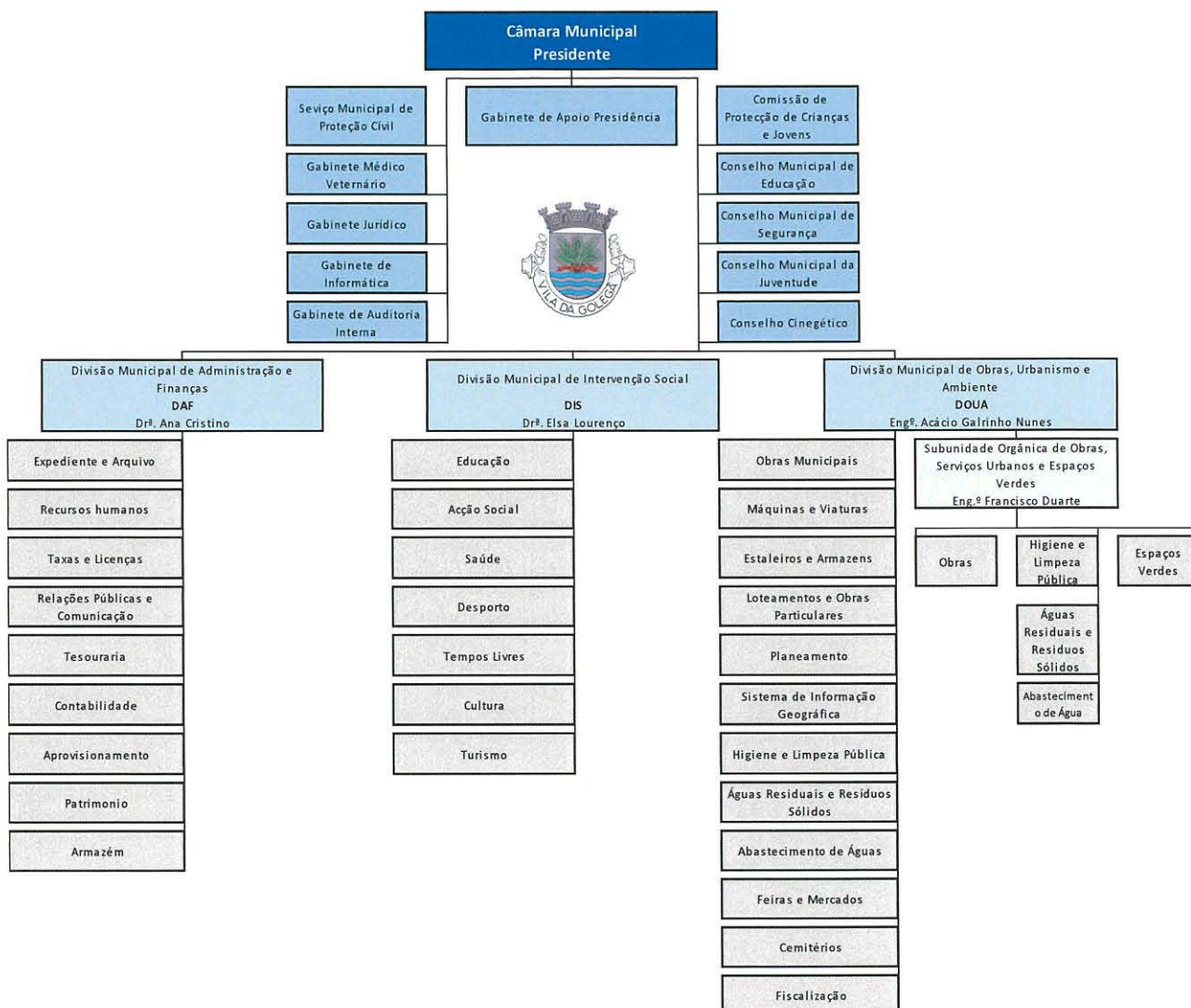
- José Tavares Veiga Silva Maltez (Presidente)
- António Francisco Oliveira Pires Cardoso (Vice-Presidente)
- António Carlos Poço Godinho
- Luís Filipe Santana Júlio
- Pedro Álvaro Ribeiro Terré Rodrigues

MISSÃO, VISÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Organograma:

A estrutura orgânica municipal apresentou a seguinte composição: 3 divisões e 11 gabinetes/serviços, esquematizando-se da seguinte forma:



REPORTING FINANCEIRO

O SNC-AP contempla os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão, e o seu diploma é composto por uma estrutura concetual da informação financeira pública, para além do cumprimento legal, também a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto ao nível interno, como a nível internacional.

Assim, será efetuada uma análise orçamental, financeira e de gestão.

1.- ANÁLISE ORÇAMENTAL

No ano de 2020 a receita total cobrada foi de 7.670,298,06 euros, valor superior em 338.440,91 euros ao verificado no ano de 2019:

DESCRIÇÃO	Ano de 2020				Ano de 2019		Variação de 2018 para 2019	
	Previsões Corrigidas	Receita Total Cobrada	Grau de Execução	Peso da Rubrica	Receita Total Cobrada	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Impostos diretos	1 046 100,00	958 059,88	91,58%	12,49%	912 706,62	12,45%	45 353,26	4,97%
02 – Impostos indiretos	33 900,00	20 669,86	60,97%	0,27%	29 787,45	0,41%	-9 117,59	-30,61%
04 – Taxas, multas e outras penalidades	679 200,00	594 184,76	87,48%	7,75%	636 582,45	8,68%	-42 397,69	-6,66%
05 – Rendimentos de propriedade	300,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
06 – Transferências correntes	3 676 569,00	3 688 052,20	100,31%	48,08%	3 478 356,07	47,44%	209 696,13	6,03%
07 – Venda de bens e serviços correntes	988 600,00	564 042,32	57,05%	7,35%	914 362,94	12,47%	-350 320,62	-38,31%
08 – Outras receitas correntes	9 800,00	0,00	0,00%	0,00%	1 804,95	0,02%	-1 804,95	-100,00%
Receitas Correntes	6 434 469,00	5 825 009,02	90,53%	75,94%	5 973 600,48	81,47%	-148 591,46	-2,49%
09 – Venda de bens de investimento	24 300,00	34 239,00	140,90%	0,45%	33 500,00	0,46%	739,00	2,21%
10 – Transferências de capital	1 541 056,00	1 523 714,91	98,87%	19,87%	905 164,61	12,35%	618 550,30	68,34%
12 – Passivos financeiros	284 129,00	104 371,04	36,73%	1,36%	390 973,00	5,33%	-286 601,96	-73,30%
Receitas Capital	1 849 485,00	1 662 324,95	89,88%	21,67%	1 329 637,61	18,14%	332 687,34	25,02%
Outras Receitas	183 054,00	182 964,89	99,95%	2,39%	28 619,86	0,39%	154 345,03	539,29%
TOTAL GERAL	8 467 008,00	7 670 298,86	90,59%	100,00%	7 331 857,95	100,00%	338 440,91	4,62%

Analisando o mapa constatamos que a pandemia teve reflexos negativos na cobrança das receitas nas seguintes rubricas: 02-Impostos indiretos, 03-Taxas, multas e outras penalidades e 07-Venda de bens e serviços correntes, não só pelo encerramento de alguns equipamentos e serviços como também pela isenção de algumas taxas e licenças.

Face às previsões corrigidas, a receita corrente cobrada teve uma execução de 90,53%, destacando-se a rubrica de Transferências correntes com o valor de 3.688.052,20 euros representando mais de 100%. No entanto temos que destacar a execução na rubrica de Impostos diretos cujo valor atingiu 958.059,88 euros.

A receita total cobrada no valor de 7.670.298,86 euros teve um grau de execução de 90,56% em relação às previsões corrigidas, ultrapassando significativamente os mínimos exigidos (85%) e foi superior no valor de 338.440,91 euros em relação à receita cobrada no ano de 2019, motivado essencialmente pelo aumento substancial das transferências correntes e de capital em consequência das transferências ao abrigo da delegação de competências.

De referir ainda que o produto de empréstimos contratados (Passivos financeiros) teve um decréscimo de 286.601,96 euros em comparação com o ano de 2019, embora tenha aumentado o valor dos empréstimos a médio e longo prazo, mas não houve necessidade de recorrer ao empréstimo de curto prazo que em anos anteriores era de 350 mil euros.

No mapa seguinte está refletida a discriminação da despesa orçamentada e a paga por grandes grupos:

Em Euros

DESCRIÇÃO	Ano de 2020				Ano de 2019		Variação de 2019 para 2020	
	Dotação Corrigida	Despesa Total Paga	Taxa de Execução	Peso da Rubrica	Despesa Total Paga	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Pessoal	2 813 790,00	2 773 334,50	98,56%	36,76%	2 843 383,50	39,77%	-70 049,00	-2,46%
02 – Aquisição de bens e serviços	2 347 599,09	2 078 322,38	88,53%	27,55%	1 923 000,71	26,89%	155 321,67	8,08%
03 – Juros e outros encargos	28 220,00	26 519,03	93,97%	0,35%	22 874,35	0,32%	3 644,68	15,93%
04 – Transferências correntes	666 030,00	615 102,00	92,35%	8,15%	500 261,71	7,00%	114 840,29	22,96%
05 – Subsídios	63 375,00	62 243,82	98,22%	0,83%	90 990,81	1,27%	-28 746,99	-31,59%
06 – Outras despesas correntes	21 100,00	13 264,09	62,86%	0,18%	19 257,02	0,27%	-5 992,93	-31,12%
SOMA DESPESAS CORRENTES	5 940 114,09	5 568 785,82	93,75%	73,81%	5 399 768,10	75,52%	169 017,72	3,13%
07 – Aquisição de bens de capital	2 239 213,00	1 690 278,52	75,49%	22,40%	1 147 506,78	16,05%	542 771,74	47,30%
08 – Transferências de capital	70 520,00	68 314,69	96,87%	0,91%	44 610,00	0,62%	23 704,69	53,14%
09 – Ativos financeiros	9 897,00	9 796,50	98,98%	0,13%	24 593,00	0,34%	-14 796,50	-60,17%
10 – Passivos financeiros	207 264,00	207 256,93	100,00%	2,75%	533 925,98	7,47%	-326 669,05	-61,18%
SOMA DESPESAS DE CAPITAL	2 526 894,00	1 975 646,64	78,18%	26,19%	1 750 635,76	24,48%	225 010,88	12,85%
TOTAL GERAL	8 467 008,09	7 544 432,46	89,10%	100,00%	7 150 403,86	100,00%	394 028,60	5,51%

O valor total da despesa pago foi 7.544.432,46 euros representando 89,10% da dotação corrigida, sendo superior ao registado no ano de 2019 em 394.028,60 euros.

As despesas correntes tiveram uma taxa de execução de 93,75% e as despesas de capital 78,18%.

O decréscimo significativo verificado em Passivos Financeiros tem a ver com a não contratação do empréstimo de curto prazo já referido na receita.

Despesas por Classificação Orgânica:

Em euros

Orgânica	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Dotações Corrigidas	Total Pago
01.01.- Assembleia Municipal	6 028,13	0,00	9 000,00	6 028,13
01.02.- Câmara Municipal	5 536 238,66	1 758 593,21	8 212 627,09	7 294 831,87
01.03.- Operações Financeiras	26 519,03	217 053,43	245 381,00	243 572,46
Total Geral:	5 568 785,82	1 975 646,64	8 467 008,09	7 544 432,46

Os movimentos de todas as despesas de funcionamento e de investimento da autarquia são registadas na Orgânica 01.02.- Câmara Municipal.

Na Assembleia Municipal apenas são registadas as despesas com o funcionamento da mesma, referentes exclusivamente ao pagamento das senhas de presença dos seus membros.

Na Orgânica 01.03.- Operações Financeiras são escriturados todos os movimentos referentes ao pagamento das prestações dos empréstimos, destacando-se nas correntes o pagamento de juros e nas despesas de capital o abatimento da dívida.

Relação entre a Receita e a Despesa

Em Euros

<u>Descrição</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
Correntes	5 825 009,02	5 568 785,82
Capital	1 662 324,95	1 975 646,64
Outras	182 964,89	0,00
Total	7 670 298,86	7 544 432,46

	<u>Valores</u>	<u>Valores</u>
Diferença entre Receitas e Despesas Correntes		256 223,20
Diferença entre Receitas e Despesas de Capital		-313 321,69
Diferença parcial (correntes e capital)		-57 098,49
Outras Receitas		182 964,89
Saldo em dinheiro transitado do Exercício de 2019		181 454,09
Saldo do Exercício de 2020		125 866,40

As receitas correntes foram superiores em 256.223,20 euros em relação às despesas correntes, cumprindo-se o princípio do Equilíbrio Orçamental.

Quanto aos movimentos de capital, as despesas foram superiores às receitas em 313.321,69 euros, verificando-se que a poupança corrente foi completamente absorvida para fazer face a despesas de investimento o que é um excelente indicador.

Este diferencial negativo de 57.098,49 euros deduzido ao saldo transitado do ano de 2019, no valor de 181.454,09 euros originou um saldo em dinheiro na gerência de 2020 de **125.866,40 euros**.

2.- ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em conformidade com o SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam por proporcionar informação útil, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia com o POCAL, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

Balanço:

No ano de 2020 o ativo do Município da Golegã atingiu 32.436.399,47 euros, superior em 185.197,92 euros em relação ao ano de 2019 que representou um acréscimo de 0,57%.

Evolução do ativo:

Em euros			
RÚBRICAS	SNC-AP 31/12/2020	Normativo Anterior 31/12/2019	Δ 2020/2019
ATIVO			
Ativos fixos tangíveis	30 940 522,51	30 633 200,86	1,00%
Ativos intangíveis	288 732,73	273 854,20	5,43%
Participações financeiras	470 242,00	470 242,00	0,00%
Ativo não corrente	31 699 497,24	31 377 297,06	1,03%
Inventários	121 347,40	118 195,01	2,67%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	4 124,00	2 130,00	93,62%
Clientes, contribuintes e utentes	98 403,38	37 413,91	163,01%
Estado e outros entes públicos	34 562,69	9 330,97	270,41%
Outras contas a receber	71 598,20	40 113,32	78,49%
Diferimentos	23 605,98	21 875,40	7,91%
Caixa e depósitos	198 643,95	235 569,18	-15,67%
Ativo corrente	552 285,60	464 627,79	18,87%
Ativo total	32 251 782,84	31 841 924,85	1,29%

Os ativos fixos tangíveis representam 95,93% do ativo e foi onde se registou o maior aumento em relação ao ano de 2019, 307 321,65 euros.

De realçar ainda as variações positivas em algumas rubricas do ativo corrente, nomeadamente: Clientes, contribuintes e utentes, Estado e outros entes públicos e Outras contas a receber. Verificou-se apenas uma variação negativa em Caixa e depósitos com menos 36.925,13 euros.

Evolução do passivo:

Em euros			
RÚBRICAS	SNC-AP 31/12/2020	Normativo Anterior 31/12/2019	Δ 2020/2019
PASSIVO			
Provisões	0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	1 063 276,51	1 190 714,64	-10,70%
Passivo não corrente	1 063 276,51	1 190 714,64	-10,70%
Credores por transf. e subs. não reemb. concedidos	0,00	3 901,24	100,00%
Fornecedores	173 595,32	820 991,02	-78,86%
Estado e outros entes públicos	28 012,59	34 806,74	-19,52%
Financiamentos obtidos	231 816,24	207 264,00	11,85%
Fornecedores de investimentos	247 535,55	494 642,14	-49,96%
Outras contas a pagar	629 006,49	571 854,46	9,99%
Diferimentos	1 770 704,93	898 909,63	96,98%
Passivo corrente	3 080 671,12	3 032 369,23	1,59%
Passivo total	4 143 947,63	4 223 083,87	-1,87%

Em comparação com o ano de 2019 o total do passivo teve uma variação negativa de 1,87% equivalente a menos 79 136,24 euros resultante principalmente do decréscimo significativo do passivo corrente.

Embora este diferencial não seja significativo, temos que salientar que em termos específicos existiu uma grande redução nas rubricas referentes aos Fornecedores de conta corrente (-647.395,70 euros) e Fornecedores de investimentos (-247.106,59 euros) totalizando 894.502,29 euros, facto digno de registo.

Por outro lado registou-se um aumento considerável na rubrica dos Diferimentos (871.795,30 euros) que está relacionada com a receita dos investimentos comparticipados e ainda não concluídos, nomeadamente: Reabilitação das Margens da Lagoa de Alverca, Reabilitação dos Diques e Eficiência Energética.

Património Líquido:

Em euros			
RÚBRICAS	SNC-AP 31/12/2020	Normativo Anterior 31/12/2019	Δ 2020/2019
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	19 184 059,68	19 173 651,34	0,05%
Reservas	288 072,69	286 795,83	0,45%
Resultados transitados	-191 405,85	-215 666,09	-11,25%
Excedentes de revalorização	74 160,00	74 160,00	0,00%
Outras variações no Património Líquido	8 693 469,41	8 274 362,80	5,07%
Resultado líquido do período	59 479,28	25 537,10	100,00%
Total	28 107 835,21	27 618 840,98	1,77%

Os fundos próprios do Município da Golega passaram a totalizar 28.107.835,21 euros, traduzido num acréscimo de 488 994,23 euros em relação ao ano de 2019. Este crescimento é essencialmente motivado pelo aumento do património líquido.

Demonstração de resultados

Nos quadros seguintes são evidenciadas as evoluções dos gastos e rendimentos registados no ano de 2020.

Evolução dos gastos:

Em euros			
GASTOS	SNC-AP 31/12/2020	Normativo Anterior 31/12/2019	Δ 2020/2019
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	227 914,19	234 486,47	-2,80%
Fornecimentos e serviços externos	1 375 811,83	1 548 059,47	-11,13%
Gastos com pessoal	2 801 929,69	2 837 068,79	-1,24%
Transferências e subsídios concedidos	557 980,83	522 428,17	6,81%
Outros gastos	56 723,73	120 158,08	-52,79%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	1 070 829,22	1 172 218,03	-8,65%
Juros e gastos similares suportados	21 100,05	28 811,53	-26,77%
Total	6 112 289,54	6 463 230,54	-5,43%

Os gastos verificados no ano de 2020 sofreram um decréscimo de 5,43% em relação ao ano de 2019 equivalente ao valor de menos 350 941,00 euros. A rubrica onde se registou o maior diferencial foi no fornecimentos e serviços externos com menos 172 247,64 euros, logo de seguida nos gastos/reversões de depreciação e amortização com menos 101 388,81 euros.

A rubrica de maior peso são os gastos com o pessoal que em conjunto com os fornecimentos e serviços externos representam mais de 68% dos custos a que poderemos chamar despesas de funcionamento da Autarquia.

Ainda a assinalar que a única rubrica que registou aumento em relação ao ano de 2019 foi transferências e subsídios concedidos com mais 6,81%.

Evolução dos rendimentos:

RENDIMENTOS	SNC-AP 31/12/2020	Normativo Anterior 31/12/2019	Em euros
			Δ 2020/2019
Impostos, contribuições e taxas	1 573 717,25	1 440 602,55	9,24%
Vendas	159 098,11	157 145,92	1,24%
Prestações de serviços e concessões	409 631,11	625 687,55	-34,53%
Transferências e subsídios correntes obtidos	3 691 376,78	3 961 058,85	-6,81%
Imparidade de dívidas a receber	37 733,25	0,00	100,00%
Outros rendimentos	294 861,28	302 033,95	-2,37%
Juros e rendimentos similares obtidos	5 351,04	2 238,82	139,01%
Total	6 171 768,82	6 488 767,64	-4,89%

Os rendimentos também registaram uma ligeira descida, embora de forma menos acentuada (-4,89%) igual ao valor de 316 998,82 euros.

As transferências e subsídios correntes têm um peso significativo nesta estrutura (59,81%). No entanto temos que também salientar a Rubrica, Impostos, contribuições e taxas com um peso de 25,50%.

Tendo em atenção o diferencial entre os gastos e os rendimentos, originou no ano de 2020 um RLE – Resultado Líquido do Exercício, positivo no valor de 58.897,99 euros, superior ao registado no ano de 2019 que também foi positivo no valor de 25.537,10 euros.

Indicadores económico-financeiros:

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração de resultados. De seguida indicamos os principais indicadores:

Indicadores	Rácio	2020	2019
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	87,15%	86,74%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	6,78	6,54
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	17,93%	15,32%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	6,45%	7,77%
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	0,21%	0,09%

Endividamento Municipal:

No mapa seguinte está expressa a dívida do Município no final do ano de 2020 e estabelecemos comparação com o ano de 2019:

Em euros

Caracterização da Dívida	2020	2019	Evolução	Δ 2020/2019
1 Outros credores	0,00	3 901,24	-3 901,24	-100,00%
2 SOMA	0,00	3 901,24	-3 901,24	-100,00%
3 Fornecedores c/c	173 595,32	820 991,02	-647 395,70	-78,86%
4 Estado e outras Instituições	0,00	0,00	0,00	0,00%
5 Outras Dívidas	0,00	5 842,46	-5 842,46	-100,00%
6 Fornecedores de imobilizado	247 535,55	494 642,14	-247 106,59	-49,96%
7 Fornecedores de Leasing	0,00	0,00	0,00	0,00%
8 SOMA	421 130,87	1 321 475,62	-900 344,75	-68,13%
9 FAM - Fundo Apoio Municipal	0,00	9 796,50	-9 796,50	-100,00%
10 SUB-TOTAL (2 + 8)	421 130,87	1 335 173,36	-914 042,49	-68,46%
11 Empréstimos Contraídos	1 295 092,75	1 397 978,64	-102 885,89	-7,36%
12 TOTAL GERAL	1 716 223,62	2 733 152,00	-1 016 928,38	-37,21%

A dívida total teve uma redução de 1.016.928,38 euros representando menos 37,21%.

A dívida a fornecedores de conta corrente teve uma diminuição de 78,86% com um valor de menos 647.395,70 euros. Nos fornecedores de imobilizado registou-se uma diminuição na dívida de 247.106,59 euros (-49,96%). Estes valores foram importantes para a redução significativa da dívida o que de facto é de revelar.

3.- CONTABILIDADE DE GESTÃO

Dando cumprimento ao disposto na NCP 27, referente ao SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, a Contabilidade de Gestão, destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre gastos, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

Um sistema de contabilidade de gestão proporciona informação útil aos responsáveis das entidades públicas para efeitos de acompanhamento das operações e tomada de decisões sobre o futuro.

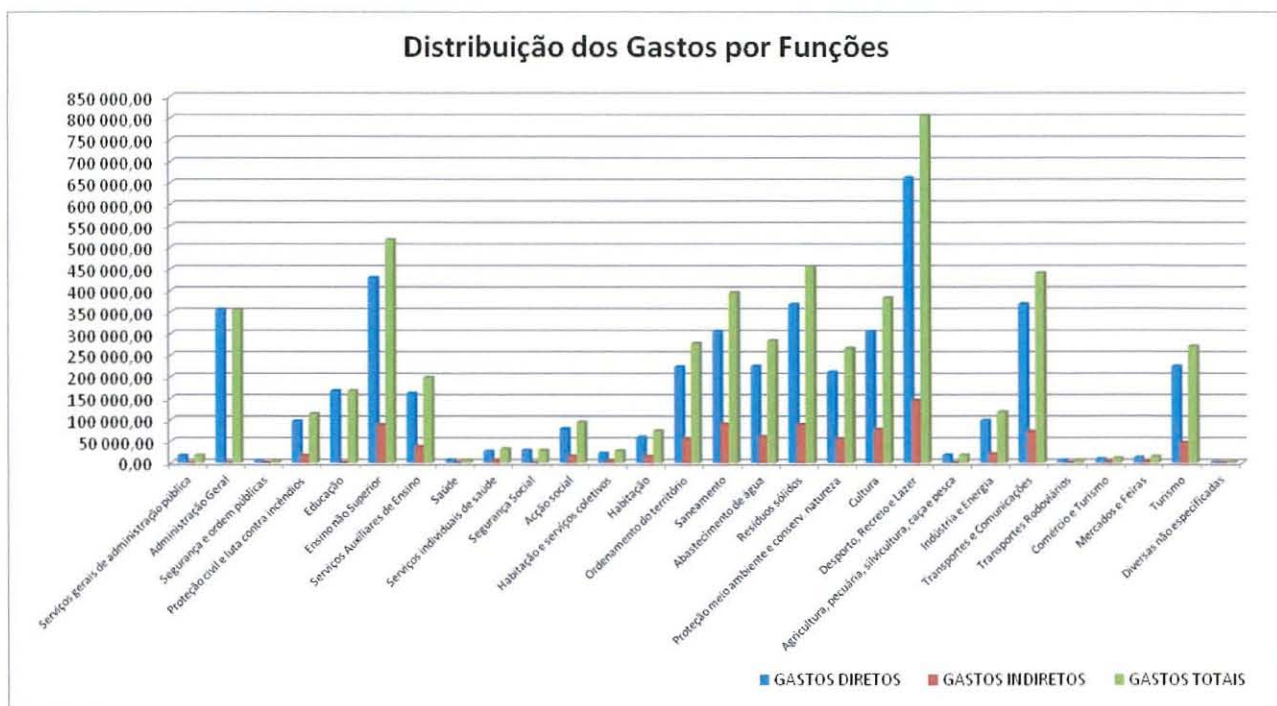
No caso do Município de Golegã a divisão de gastos por funções é feita da seguinte forma:

Em Euros

DESIGNAÇÃO	GASTOS
Funções Gerais	490 863,49
Funções Sociais	4 016 181,30
Funções Económicas	879 129,58
Outras Funções	1 428,40
Total das Funções	5 387 602,77

Os gastos apurados dentro de cada função desagregam-se da seguinte forma:

	Em Euros			
	GASTOS DIRETOS	GASTOS INDIRETOS	GASTOS TOTAIS	%
Classificação Funcional	4 489 082,81	898 519,96	5 387 602,77	100,00%
Funções Gerais	473 299,03	17 564,46	490 863,49	9,11%
Serviços gerais de administração pública	17 167,92	314,80	17 482,72	0,32%
Administração Geral	355 509,06	0,00	355 509,06	6,60%
Segurança e ordem públicas	3 952,32	0,00	3 952,32	0,07%
Proteção civil e luta contra incêndios	96 669,73	17 249,66	113 919,39	2,11%
Funções Sociais	3 279 274,92	736 906,38	4 016 181,30	74,54%
Educação	167 246,56	0,00	167 246,56	3,10%
Ensino não Superior	430 087,84	87 574,47	517 662,31	9,61%
Serviços Auxiliares de Ensino	161 020,29	37 230,33	198 250,62	3,68%
Saúde	6 395,87	0,00	6 395,87	0,12%
Serviços individuais de saúde	27 048,93	5 639,13	32 688,06	0,61%
Segurança Social	29 330,03	0,00	29 330,03	0,54%
Acção social	78 966,33	15 373,41	94 339,74	1,75%
Habitação e serviços coletivos	22 637,51	5 196,70	27 834,21	0,52%
Habitação	59 415,38	14 756,75	74 172,13	1,38%
Ordenamento do território	222 869,57	54 850,77	277 720,34	5,15%
Saneamento	305 072,27	89 932,42	395 004,69	7,33%
Abastecimento de água	224 070,36	59 954,42	284 024,78	5,27%
Resíduos sólidos	367 552,85	88 667,77	456 220,62	8,47%
Proteção meio ambiente e conserv. natureza	210 886,78	55 074,97	265 961,75	4,94%
Cultura	304 748,17	77 937,43	382 685,60	7,10%
Desporto, Recreio e Lazer	661 926,18	144 717,81	806 643,99	14,97%
Funções Económicas	735 339,53	143 790,05	879 129,58	16,32%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	18 437,37	0,00	18 437,37	0,34%
Indústria e Energia	97 726,29	20 301,45	118 027,74	2,19%
Transportes e Comunicações	368 368,96	71 926,53	440 295,49	8,17%
Transportes Rodoviários	5 723,74	0,00	5 723,74	0,11%
Comércio e Turismo	8 999,17	1 920,94	10 920,11	0,20%
Mercados e Feiras	12 079,93	2 529,14	14 609,07	0,27%
Turismo	224 004,07	47 111,99	271 116,06	5,03%
Outras Funções	1 169,33	259,07	1 428,40	0,03%
Diversas não especificadas	1 169,33	259,07	1 428,40	0,03%



Após a análise do gráfico, durante o ano 2020, os gastos que mais se destacaram encontram-se nas funções abaixo, sendo que os mais elevados são referentes a despesas com pessoal, prestações de serviços, consumo de eletricidade, manutenção de instalações e amortizações.

Administração Geral – Abrange os órgãos da autarquia e os serviços gerais da autarquia, designadamente os da área administrativa e financeira, tesouraria e património.

Ensino não superior — Compreende os gastos com estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário.

Ordenamento do território — Gastos com a reabilitação urbana e rural.

Saneamento — Inclui todo o sistema municipal de drenagem de águas residuais, contendo os gastos com conservação e manutenção das ETAR's e Estações Elevatórias.

Abastecimento de água — Respeita a todo o sistema de distribuição da água, designadamente a captação, armazenamento e qualidade.

Resíduos sólidos — Compreende a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos.

Proteção meio ambiente e conserv. Natureza – Compreende a proteção, conservação e valorização do património natural, incluindo os gastos com a conservação e manutenção dos espaços verdes do Município.

Cultura — Compreende os gastos com a manutenção dos museus, bibliotecas, bem como com a organização ou apoio de atos culturais. Abrange, também, os subsídios a associações promotoras de cultura.

Desporto, recreio e lazer — Compreende o fomento, promoção e apoio à prática e difusão do desporto, da ocupação de tempos livres, do recreio e do lazer. Abrange nomeadamente a construção, recuperação e conservação de infra - estruturas desportivas. Engloba ainda os apoios a associações de carácter desportivo.

Transportes e comunicações – Abrange os gastos com a rede viária e com comunicações.

Turismo — Compreende o apoio à atividade turística, designadamente às comissões municipais de turismo e comissões regionais de turismo, bem como os gastos respeitantes à atividade do parque de campismo e da Feira Nacional do Cavalo.

4.- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:

Após análise do Balanço e Demonstração de Resultados, que se encontram apenas ao presente documento e de acordo, o Executivo propõe que:

- 1- O Resultado líquido positivo do Exercício de 2020 no valor de **59.479,28 euros** seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados;
- 2- Posteriormente, se constituam reservas legais no montante de **2.973,96 euros** equivalente a 5% do Resultado Líquido do Exercício
- 3- Não se efetue qualquer reforço do património, em virtude deste corresponder a mais de 20% do ativo líquido. No final do ano de 2020 correspondia a 68,25%.

5.- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Neste ano de 2021 e, após o encerramento do exercício de 2020, e face à pandemia que está assolar todo o Mundo e especificamente o nosso País, foi decretado pelo Presidente da República o estado de emergência, estabelecendo o Governo medidas rigorosas para o funcionamento dos estabelecimentos e serviços.

Face ao exposto o Município aprovou os Fluxos de Caixa referentes ao ano de 2020 com o objetivo de o utilizar na revisão orçamental onde foi criada uma rubrica do Fundo de Emergência Municipal – Covid 19, subdividida em duas sub-ações, destinadas a apoiar as famílias e empresas do Concelho.

Continuou a verificar-se a redução da dívida total, sendo que na presente data o único pagamento em atraso anterior ao ano de 2021, é no valor de 25.770,10 euros e só não foi liquidado por se aguardar a comparticipação de 95% no âmbito do projeto a que respeita e avançou-se com os **processos dos seguintes investimentos**:

-Consignada no dia 1 de Março de 2021 a Empreitada de Obras Públicas – Reabilitação da VCE – Estrada de São Miguel e Construção da Rotunda ao KM 42+505 da EN 243.

-Adjudicada a Empreitada de Obras Públicas- Remoção de Fibrocimento nos Edifícios Escolares – Reabilitação do Parque escolar da Golegã.

-Adjudicada a Empreitada de Obras Públicas – Remodelação do Cine Teatro Gil Vicente, aguarda o visto do Tribunal de Contas.

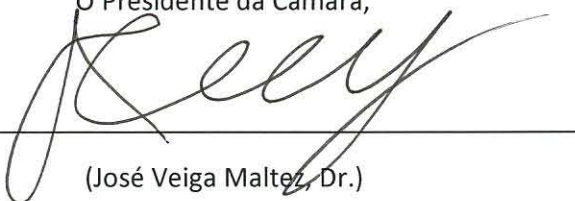
-Adjudicada a obra de Eficiência Energética – Iluminação Pública – 2ª Fase.

-Fase de análise de propostas da Empreitada de Obras Públicas – Remodelação do Largo da Praça da Azinhaga.

Em conclusão, temos a certeza que tudo fizemos para dar cumprimento às matérias em apreciação, declarando a nossa permanente disponibilidade, para prestar os esclarecimentos que surjam sobre este conjunto de documentos, agora elaborados.

Golegã, 6 de abril de 2021.

O Presidente da Câmara,



(José Veiga Maltez, Dr.)